



CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2021

Brasília/DF, 13 de março de 2023

Aos Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO – CAU/MA
São Luís/MA

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data a auditoria das Demonstrações Contábeis, Financeiras e Patrimoniais do CAU/MA acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2021, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DFC elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no Termo de Referência integrante do Edital, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para o Plenário a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O



Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"DF
Sócio Sênior

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	5
1.2 Metodologia	6
1.3 TÉCNICAS DE ABORGADEM	6
1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO	6
1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS.....	6
1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS.....	8
2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA	10
2.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS.....	10
2.2 MATRIZ DE RISCO.....	11
3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS	12
4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS.....	17
5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS.....	18
6. DIÁRIAS E JETONS.....	20
7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	20
8. OUTROS ASSUNTOS.....	20
9. CONCLUSÃO.....	21

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão**, doravante denominado “Autarquia”, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de mais de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nossos trabalhos foram exclusivamente desenvolvidos com base nas informações e documentos fornecidos pelo Conselho. Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da Autarquia contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuência formal da **AUDIMEC**.

1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

- ✓ Análise do orçamento anual verificando se foram aprovados regularmente, se as receitas previstas guardam conformidade com as fontes e se as despesas fixadas são compatíveis com os planos, programas, projetos e atividades aprovados;
- ✓ Examinamos a execução orçamentária, verificando se a receita arrecadada e a despesa realizada guardam conformidade com o que foi orçado, no que diz respeito aos aspectos quantitativos e qualitativos e, no caso de ser necessária reformulação ou remanejamento, se foram processados regularmente;
- ✓ Procedemos análise do sistema utilizado pelo CAU/MA para o controle da arrecadação e recolhimento das receitas, verificando o seu grau de segurança e eficácia, principalmente no que se refere à compatibilidade com os dados apresentados com os créditos efetuados pelo banco;
- ✓ Efetuamos análise da documentação (boletos, GRs, borderôs bancários) e dos sistemas de controle de arrecadação e recolhimento das receitas quanto à segurança e eficácia na identificação das origens, à efetivação dos créditos bancários e do compartilhamento;
- ✓ Verificação do controle das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados no que tange às atividades-fim da Instituição;
- ✓ Análise da movimentação dos recursos financeiros, verificando se está sendo efetuado por meio de banco oficial, se as aplicações financeiras são feitas de acordo com os dispositivos legais em vigor e se as contas são conciliadas regularmente;
- ✓ Exame dos procedimentos para realização da despesa, de sua propriedade e oportunidade, da formalização da documentação comprobatória, quanto à observância dos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;
- ✓ Avaliação dos documentos comprobatórios das despesas (notas fiscais, faturas e ou recibos) quanto ao atendimento das fases das despesas: empenho, liquidação e pagamento;
- ✓ Análise dos processos licitatórios, inclusive dispensa e inexigibilidade, no que diz respeito ao cumprimento das Leis nºs. 8.666/93 e 10.520/02, suas regulamentações e normas acessórias;
- ✓ Verificamos os contratos e seus aditivos, bem como os instrumentos dos convênios e demais instrumentos firmados com terceiros, que resultaram ou resultem no nascimento e/ou extinção de direitos e obrigações, quanto aos seus aspectos legais e normais e ao cumprimento de suas cláusulas;

- ✓ Examinamos os procedimentos para seleção, admissão e dispensa de pessoal, dos controles e registros pertinentes, acordos coletivos de trabalho, plano de cargos e salários, do cumprimento dos direitos e obrigações resultantes da relação entre as partes, de passivos trabalhistas, se houver, e de possíveis riscos trabalhistas;
- ✓ Analisamos os procedimentos contábeis utilizados, principalmente no que diz respeito à observância dos princípios fundamentais de contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16, verificando o cumprimento das formalidades e escrituração dos Livros Diários e Razão, se os registros guardam conformidade com a documentação comprobatória e se estão atualizados;
- ✓ Análise dos balancetes, dos balanços orçamentário financeiro e patrimonial, das demonstrações das contas de resultado e demais demonstrações contábeis e extracontábeis quanto aos aspectos formais técnicos, verificando se os valores demonstrados representam adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição;
- ✓ Análise quantitativa e qualitativa dos componentes patrimoniais Ativos e Passivos, inclusive do resultado patrimonial do exercício;
- ✓ Avaliação do sistema de controle dos bens patrimoniais móveis e imóveis, principalmente no que tange à identificação, localização, movimentação, guarda, estado de conservação, inventário, etc.;
- ✓ Análise do histórico de demandas e de diligências originárias dos órgãos de controle externo (TCU) e interno (CAU/MA) e de seu cumprimento.

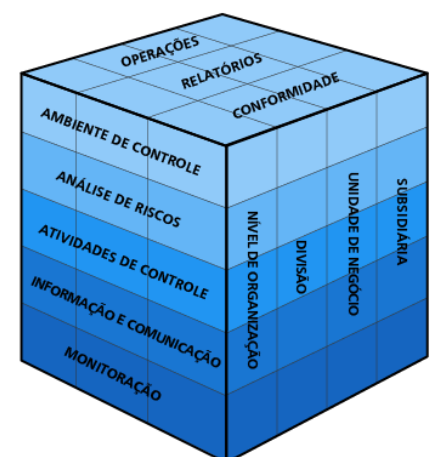
2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

2.1 MELHORIA NA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS

Segundo o COSO, controle interno é um processo constituído de 5 elementos, que estão inter-relacionados entre si e presentes em todos os níveis da organização com foco em três objetivos: operacionais, assegurar relatórios financeiros confiáveis e assegurar conformidade legal/regulatória. Os 5 elementos são:

- Ambiente de Controle
- Avaliação e Gerenciamento dos Riscos
- Atividade de Controle
- Informação e Comunicação
- Monitoramento



A partir desse preâmbulo acerca de sua implementação e das especificidades locais a que está submetido, é possível ter noção da complexidade em se implementar uma estrutura de controle interno que atenda em sua plenitude os elementos que constituem o processo.

Não obstante os desafios que se apresentam, a partir da análise das informações repassadas, bem como do entendimento acerca dos procedimentos adotados pelo Conselho, com base tanto na análise documental, quanto em reuniões com a equipe de gestão dos departamentos, pudemos avaliar o nível de controle interno aplicado.

Nessa senda, o grande desafio que se apresenta ao CAU/MA é buscar desenvolver desde já uma cultura organizacional de excelência, focada em entregar às partes interessadas um produto ou serviço de alto valor agregado, prezando sempre pelos princípios que regem a administração pública.

Assim, é imperioso que a governança da autarquia implemente e desenvolva ações efetivas para, a partir de mapeamento dos processos inerentes à atividade do Conselho, se busque identificar os riscos a que se está submetido, a fim de que sejam implementadas ações de controle que visem a mitigar a probabilidade desses riscos se materializarem e garantam o alcance dos objetivos estratégicos por parte do CAU/MA.

2.2 MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos contábeis levantados em 2021, sob exame, bem como da análise dos relatórios existentes, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética, visando a melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações, conforme exemplificado abaixo:

CRITÉRIOS DE IMPACTO		Matriz de Riscos					
Orçamentário	Grande	5	5	10	15	20	25
Fiscal	Relevante	4	4	8	12	16	20
Estratégico	Moderado	3	3	6	9	12	15
Reputação	Pequeno	2	2	4	6	8	10
Integridade	Insignificante	1	1	2	3	4	5
Operacional			1	2	3	4	5
Gestão				2	3	4	5
Regulação					3	4	5
Processos						4	5
Licitações							5
Recursos Humanos							
Contábil							
Serviços							
Fornecedores							
Despesas							
Receitas							

Escala de Nível de Risco				
Níveis	Pontuação			
RC - Risco Crítico	13 a 25			
RA - Risco Alto	7 a 12			
RM - Risco Moderado	4 a 6			
RP - Risco Pequeno	1 a 3			

Risco de Exposição e Variação		
Numérica	Descritiva	Impacto
1% a 10%	Risco Baixo	Os riscos possuem consequências pouco significativas, reversíveis em curto e médio prazo com impactos pouco significativos;
11% a 20%	Risco Relativo	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos baixos;
> 20%	Risco Alto	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos altos, irreversíveis ou com custos inviáveis.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS

3.1 ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **76,92%** do saldo total do ativo considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)		
Ativo Circulante	1.113.449,62	76,92	646.735,45	63,59	Alto	Alto
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	532.787,26	36,81	196.547,11	19,33	Alto	Alto
BANCOS C/MOVIMENTO	36.703,28	2,54	46.209,68	4,54	Baixo	Alto
BANCOS C/ARRECADACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	Nulo	Nula
BANCOS C/VINCULADA A APLICACOES FINANCEIRAS	496.083,98	34,27	150.337,43	14,78	Alto	Alto
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	576.017,58	39,79	446.543,56	43,91	Alto	Alto
CRÉDITOS A RECEBER DO EXERCÍCIO	534.592,63	36,93	464.586,11	45,68	Alto	Relativo
CRÉDITOS A RECEBER DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.298.011,03	89,67	954.160,82	93,82	Alto	Alto
() AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-1.256.586,08	-86,81	-972.203,37	-95,59	Alto	Alto
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4.644,78	0,32	3.644,78	0,36	Baixo	Alto

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

3.1.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujo saldo responde individualmente por aproximadamente **34,27%** do total do ativo da entidade, sendo, portanto, uma rubrica significativa do disponível e do resto do Balanço Patrimonial como um todo.

ATIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)		
Ativo Circulante	1.113.449,62	76,92	646.735,45	63,59	Alto	Alto
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	532.787,26	36,81	196.547,11	19,33	Alto	Alto
BANCOS C/MOVIMENTO	36.703,28	2,54	46.209,68	4,54	Baixo	Alto
BANCOS C/ARRECADACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	Nulo	Nula
BANCOS C/VINCULADA A APLICACOES FINANCEIRAS	496.083,98	34,27	150.337,43	14,78	Alto	Alto

✓ Controles Internos

As contas de depósitos ou de aplicações são mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre os de recebimentos, avisos de débitos ou

créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

As “Aplicações de Liquidez Imediata” são representadas por fundos extra mercado, referenciados na taxa DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com alta liquidez, registrado pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação de 100% dos referidos saldos. Dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com ao razão contábil.

Além do estudo e avaliação efetuados na movimentação dos bancos, solicitamos confirmação dos saldos através de Carta Circularização às instituições financeiras custodiantes de ativos da autarquia.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

Relativamente aos saldos de disponibilidades da CAU/MA, especificamente às Aplicações Financeiras, verificamos que os valores são mantidos predominantemente em produtos financeiros como aplicações indexadas pelo CDB/CDI e fundos de investimentos. A rentabilidade dos últimos 12 meses da conta aplicação da CEF, por exemplo, foi de R\$ 3,1245%

Portanto, salientamos aos gestores dos recursos financeiros em relação ao desempenho/rentabilidade de suas aplicações quando comparadas à taxa referencial de juros (SELIC).

✓ **Opinião**

Os controles existentes nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

Recomenda-se a análise contínua das posições dos investimentos e dos desempenhos dos produtos aplicados em contraposição às alternativas no mercado com mesmo grau de risco e liquidez. Atendendo à política interna de risco/retorno da entidade sobre as aplicações financeiras.

3.1.2 CRÉDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO

Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra importantes operações vinculadas à “Contribuições a Receber” e “Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física”.

ATIVOS	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO CIRCULANTE	1.113.449,62	76,92	646.735,45	63,59	Alto	Alto
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	576.017,58	39,79	446.543,56	43,91	Alto	Alto
CRÉDITOS A RECEBER DO EXERCÍCIO	534.592,63	36,93	464.586,11	45,68	Alto	Relativo
CRÉDITOS A RECEBER DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.298.011,03	89,67	954.160,82	93,82	Alto	Alto
() AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-1.256.586,08	-86,81	-972.203,37	-95,59	Alto	Alto
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4.644,78	0,32	3.644,78	0,36	Baixo	Alto

✓ Procedimentos de Auditoria

Analisamos a progressão dos saldos até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido grupo contabiliza importantes operações vinculadas aos Recursos Financeiros a Receber.

Solicitamos ao Regional os documentos e/ou controles auxiliares relacionados às seguintes informações:

1. Registros de recebimento de anuidades no controle cadastral e financeiros dos profissionais inscritos no Conselho; n
2. Razão Contábil e documentação de controle da arrecadação e recolhimento das receitas, discriminando e segregando os exercícios de origem;
3. Cálculos e remessas da Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções realizados pelo Regional, tanto do sistema compartilhado quanto do não compartilhado, compatibilizando os dados e registros do Regional com os do Conselho Federal;
4. Relação contendo nome e números de registro de profissionais inscritos na Dívida Ativa, discriminando composição e data do valor devido.
5. Controle relativo à inadimplência, à inscrição da Dívida Ativa, à execução fiscal e renegociações de débitos/dívidas;
6. Relação de contas/créditos de anuidade a receber em atraso por idade do crédito de até 30, 60, 90, 120, 180, 365 dias; e, 2, 3, 4, e 5 anos, respectivamente, bem como renegociações de débitos/dívidas ocorridas no exercício.

✓ Constatações

Preliminarmente, fizemos a verificação dos lançamentos contábeis básicos a fim de avaliar os saldos iniciais de Créditos a Receber consignados no grupo e identificar a correta transposição dos saldos contábeis (relativos a 2020) para as contas de Anuidades de Exercícios Anteriores, liberando as contas de anuidades do exercício para receber os valores do orçamento corrente (2021), conforme emissão dos boletos no sistema SICCAU.

O que constatamos é que o Regional vem aplicando a técnica correta, conforme é possível identificar nas movimentações ocorridas nas contas, demonstrada a seguir:

Conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo
1.1.2.1.1.01 - CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO	464.586,11D	975.491,84	905.485,32	534.592,63D
1.1.2.1.1.01.01 - ANUIDADES	464.586,11D	975.491,84	905.485,32	534.592,63D
1.1.2.1.1.01.01.01 - Pessoa Física	314.625,23D	782.708,57	723.975,80	373.358,00D
1.1.2.1.1.01.01.02 - Pessoa Jurídica	149.960,88D	192.783,27	181.509,52	161.234,63D
1.1.2.2.1.01 - CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO ANTERIOR	954.160,82D	469.633,82	125.783,61	1.298.011,03D
1.1.2.2.1.01.01 - ANUIDADES	954.160,82D	469.633,82	125.783,61	1.298.011,03D
1.1.2.2.1.01.01.01 - Pessoa Física	367.626,03D	319.672,94	106.217,94	581.081,03D
1.1.2.2.1.01.01.02 - Pessoa Jurídica	586.534,79D	149.960,88	19.565,67	716.930,00D

O que se observa na imagem acima, é que os saldos iniciais de Anuidades do Exercício, que na verdade se referiam ao exercício de 2020, foram devidamente transpostos para Anuidades de Exercícios Anteriores.

Também é possível obter a confirmação do procedimento a partir da análise dos lançamentos registrados no Livro Diário, conforme observamos nos lançamentos nº 1301 e 1302, ambos no dia 04 de janeiro de 2021:

Livro Diário

Data	Conta	Histórico	Nº Lancto	Nº Proc	Débito	Crédito
04/01/2021	1.1.2.1.1.01.01.01 - Pessoa Física	Pela transferência do saldo de anuidades de Pessoa Física não arrecadados no exercício de 2020.	1301			314.625,23
04/01/2021	1.1.2.2.1.01.01.01 - Pessoa Física	Pela transferência do saldo de anuidades de Pessoa Física não arrecadados no exercício de 2020.	1301		314.625,23	
04/01/2021	1.1.2.1.1.01.01.02 - Pessoa Jurídica	Pela transferência do saldo de anuidades de pessoa jurídica não arrecadadas em 2021.	1302			149.960,88
04/01/2021	1.1.2.2.1.01.01.02 - Pessoa Jurídica	Pela transferência do saldo de anuidades de pessoa jurídica não arrecadadas em 2021.	1302		149.960,88	
04/01/2021	1.1.2.1.1.01.01.01 - Pessoa Física	Direitos a Receber (Receitas a Realizar) originadas nesta data.	1303		368.536,98	
04/01/2021	4.2.1.1.1.01.01.01 - Pessoa Física - do Exercício	Direitos a Receber (Receitas a Realizar) originadas nesta data.	1303			368.536,98
04/01/2021	1.1.2.1.1.01.01.02 - Pessoa Jurídica	Direitos a Receber (Receitas a Realizar) originadas nesta data.	1304		36.571,43	
04/01/2021	4.2.1.1.1.01.01.03 - Pessoa Jurídica - do Exercício	Direitos a Receber (Receitas a Realizar) originadas nesta data.	1304			36.571,43

No trecho do Livro Diário acima também é possível identificar o lançamento contábil de reconhecimento da receita com anuidades de 2021 pelo fato gerador (lançamentos nº 1303 e 1304), o que está integralmente alinhado ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, que estabelece que, sob a ótica patrimonial, a receita deve ser reconhecida no momento do fato gerador, independente da execução orçamentária ou do ingresso de recursos financeiros.

Destacamos, todavia, que os valores registrados em Balanço Patrimonial, apesar de bem próximos, não estão conciliados com os valores orçados, constantes no Demonstrativo da Receita e no Balanço Orçamentário, conforme demonstramos a seguir. Portanto é provável que o reconhecimento dos valores para 2021 tenha se baseado no total de boletos emitidos pelo SICCAU. Não pudemos confirmar essa hipótese, pois não recebemos essa informação.

Conta	Informações Orçamentárias*	Informações Patrimoniais**	Diferença
Créditos a Receber	589.894,22	1.031.268,93	-441.374,71
Anuidades do Exercício	447.969,80	905.485,32	-457.515,52
Pessoa Física	409.350,57	723.975,80	-314.625,23
Pessoa Jurídica	38.619,23	181.509,52	-142.890,29
Anuidades do Exercício Anterior	141.924,42	125.783,61	16.140,81
Pessoa Física	124.363,14	106.217,94	18.145,20
Pessoa Jurídica	17.561,28	19.565,67	-2.004,39

*extraídas do Balanço Orçamentário e do Comparativo da Receita

**extraídas dos movimentos credores nas contas do Balanço Patrimonial

Após analisar os saldos iniciais e a movimentação ocorrida nas contas de créditos a receber, passamos, então, à validação dos saldos finais, e esses, constantes no Balanço Patrimonial devem corresponder à situação da inadimplência do Conselho. Portanto, confrontamos com as informações constantes nas planilhas de Profissionais Inadimplentes. Para validação dos saldos analisamos exclusivamente os valores relacionados às pessoas físicas, pois tem representação majoritária sobre o total dos valores transacionados.

Exercício	Não apto para inscrição em D.A	Apto para inscrição em D.A	Dívida Ativa Fase Administrativa	Total
2012	-	574,66	42.404,85	42.979,51
2013	273,57	1.816,62	51.471,15	53.561,34
2014	240,18	1.447,99	59.103,42	60.791,59
2015	-	2.062,18	74.683,54	76.745,72
2016	-	2.949,40	109.862,33	112.811,73
2017	1.448,17	4.083,11	139.942,37	145.473,65
2018	254,14	3.368,61	182.176,19	185.798,94
2019	2.765,88	237.184,88	-	239.950,76
2020	4.219,64	365.175,28	-	369.394,92
2021	5.514,30	575.250,00	-	580.764,30
Totais	14.715,88	1.193.912,73	659.643,85	1.868.272,46

Conforme demonstrado acima, o valor de **anuidades do exercício** de 2021 relativo aos profissionais inadimplentes é de R\$ 580.764,30, divergindo, portanto, da informação contábil, que registra R\$ 373.358,00 como saldo final na conta 1.1.2.1.1.01.01.01 - Pessoa Física. Relativamente às **anuidades de exercícios anteriores**, ainda não inscritos em Dívida Ativa, o valor total da inadimplência é de R\$ 627.864,31. Entretanto, o saldo final no balanço é de R\$ 581.081,03.

Acreditamos que as divergências encontradas podem estar sendo geradas pois os saldos de inadimplência dos controles auxiliares estão acrescidos de juros, multas e correção monetária.

Informamos que o Regional não disponibilizou a metodologia, a memória de cálculo e as fontes de informações utilizadas para atualização dos saldos de Perdas Estimadas no Recebimento de Anuidades, o que nos impede de obter segurança razoável de que os saldos em 31 de dezembro se encontram livres de distorção.

✓ **Opinião**

Conforme descrevemos acima, as evidências obtidas na análise das anuidades a receber nos permitem obter segurança razoável de que os valores registrados se encontram livres de distorções relevantes. Entretanto, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para validar as perdas estimadas, embora a sua proporção em relação ao total de anuidades a receber tenha se mantido (cerca de 68%), o que nos permite afirmar que, as possíveis distorções não são relevantes para o conjunto das demonstrações contábeis.

3.1.3 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

O grupo congrega valores diversos, não classificáveis nas demais contas do Ativo Circulante. Em sua maioria é composto por valores entregues à terceiros, cuja compensação ou prestação de contas se dará em até 12 meses.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores de 2021 e 2020, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais e confrontamos as informações contábeis com os controles auxiliares.

✓ **Constatações**

Os saldos mantidos guardam coerência com os controles auxiliares. Ressaltamos, entretanto, que os valores registrados nessas contas se trata de valores concedidos a terceiros, sobre os quais, no mais das vezes, ainda não há o direito adquirido por parte do beneficiário ou há necessidade de prestações de contas. Portanto, é possível que nos “ajustes de contas” realizados, sejam apurados valores a serem ressarcidos.

✓ **Opinião**

Os controles internos relacionados aos valores registrados nas contas nos pareceram suficientes para mitigar os riscos relacionados.

3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Resolução CFC n.º 1.437/13, que altera e inclui itens da NBC T 16.6 (R1) Demonstrações Contábeis. Precitado grupo representa **23,08%** da exposição ativa.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVOS	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO NÃO CIRCULANTE	334.122,91	23,08	370.288,29	36,41	Alto	Baixo
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	115.354,97	7,97	166.229,56	16,34	Baixo	Alto
IMOBILIZADO	218.767,94	15,11	204.058,73	20,06	Relativo	Baixo
BENS MÓVEIS	238.076,79	16,45	200.257,15	19,69	Relativo	Relativo
BENS IMÓVEIS	180.000,00	12,43	180.000,00	17,70	Relativo	Nula
() DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO	-199.308,85	-13,77	-176.198,42	-17,32	Relativo	Relativo
TOTAL	1.447.572,53		1.017.023,74			Alto

3.2.1 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Relativamente ao saldo de R\$ 115.354,97, classificado como Créditos Tributários a Receber de Pessoa Física, aplicamos filtros ao controle auxiliar recebido e obtivemos os dados abaixo:

Exercício	Não apto para inscrição em D.A	Apto para inscrição em D.A	Dívida Ativa Fase Administrativa	Total
2012	-	574,66	42.404,85	42.979,51
2013	273,57	1.816,62	51.471,15	53.561,34
2014	240,18	1.447,99	59.103,42	60.791,59
2015	-	2.062,18	74.683,54	76.745,72
2016	-	2.949,40	109.862,33	112.811,73
2017	1.448,17	4.083,11	139.942,37	145.473,65
2018	254,14	3.368,61	182.176,19	185.798,94
2019	2.765,88	237.184,88	-	239.950,76
2020	4.219,64	365.175,28	-	369.394,92
2021	5.514,30	575.250,00	-	580.764,30
Totais	14.715,88	1.193.912,73	659.643,85	1.868.272,46

Como se observa, o saldo contábil não está suportado pelas informações extraídas dos controles auxiliares. Destaca-se que na planilha analisada há a discriminação dos valores por profissional e consta o número do protocolo do processo administrativo, o que garante credibilidade à informação analisada.

Ademais, verificamos que no exercício sob análise não houve movimentação devedora nas contas de Dívida Ativa, o que significaria a não inscrição de novos profissionais.

Destacamos ainda que o Regional não mensurou, estimou e registrou perdas no recebimento de Dívida Ativa, o que soa um tanto controverso, já que o fez para os Créditos de Curto Prazo. Conforme preconiza o MCASP – 9ª Ed, os créditos inscritos em dívida ativa, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros.

Portanto, recomendamos ao Regional desenvolver metodologia para reconhecer perdas na realização dos créditos inscritos em Dívida Ativa.

3.2.2 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **15,11%** do saldo total do ativo recebendo atributo de risco relativo sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um acréscimo de **7,21%** das transações que compõem a variação positiva de R\$ 14.709,21, constatada no período sob exame, portanto apresentando risco alto do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

ATIVOS	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO NÃO CIRCULANTE	334.122,91	23,08	370.288,29	36,41	Alto	Baixo
IMOBILIZADO	218.767,94	15,11	204.058,73	20,06	Relativo	Baixo
BENS MÓVEIS	238.076,79	16,45	200.257,15	19,69	Relativo	Relativo
BENS IMÓVEIS	180.000,00	12,43	180.000,00	17,70	Relativo	Nula
() DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO	-199.308,85	-13,77	-176.198,42	-17,32	Relativo	Relativo

✓ Procedimentos de Auditoria

Selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade dos bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ Constatações/Opiniões

Não houve o inventário físico em 2021 realizado por uma Comissão Inventariante, esse procedimento teve um relativo impacto em função da COVID-19. Inobstante as justificativas, faz-se necessário que haja um esforço para implementação das normas descritas no MCASP, para controle do imobilizado. É necessário realizar o inventário (imobilizado, estoque e intangível) da entidade, de modo a separar as perdas. Os bens que não estejam sendo utilizados e que não tenham valor, em virtude de serem inservíveis (obsoleto, quebrado, inutilizado, etc.), deverão ser baixados como perda diretamente em conta de resultado (VPD).

Analisamos a movimentação das contas do Imobilizado em contraposição à relação de baixas e incorporações de ativos do exercício e ao total de despesas de capital executadas no Balanço Orçamentário e constatamos que estão conciliadas. Verificamos que a Relação Analítica do Acervo Patrimonial de Bens Móveis está conciliada com os saldos consignados no Balanço Patrimonial.

✓ Opinião

Embora o Regional não tenha realizado o inventário de seus bens, os controles existentes se mostraram suficientes para mitigar os riscos relacionados à gestão do patrimônio. Destacamos a importância de serem realizados os inventários de Bens Móveis, mesmo que de forma extemporânea, para constatação da existência física dos bens, da sua localização e de seu estado de conservação e, por conseguinte, para a validação dos saldos contábeis.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **10,51%** do saldo total do passivo, apresentando uma variação positiva de **R\$ 22.921,14**, equivalentes a um aumento de **17,74%** em relação ao exercício anterior.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	< A/V >
PASSIVO CIRCULANTE	-152.149,82	10,51	-129.228,68	12,71	Relativo	Relativo
OBRIGAÇÕES TRAB, PREV E ASSIST A PAGAR	-137.861,68	9,52	-115.822,86	11,39	Baixo	Relativo
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-2.905,23	0,20	-2.025,77	0,20	Baixo	Alto
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-102,43	0,01	-99,57	0,01	Baixo	Baixo
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	-167,16	0,01	-167,16	0,02	Baixo	Nulo
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-11.113,32	0,77	-11.113,32	1,09	Baixo	Nulo

4.1.1 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS) e Provisões da Folha de Pagamento do CAU/MA.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ **Constatações**

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados. Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão de que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.1.2. FORNECEDORES

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Realizamos o teste no subgrupo de Fornecedores, demonstrando propriedade nos saldos apresentados.

✓ **Constatações**

Constatamos que os saldos se referem às obrigações a pagar com fornecedores pelos bens adquiridos ou serviços prestados no curso normal das atividades do Regional, sendo que são classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano ou obrigações já vencidas.









A manutenção de saldos no encerramento do exercício é consequência direta da vinculação do CAU/MA aos estágios da despesa pública (estabelecidos na Lei nº 4.320/64), e ao cronograma de desembolso ou programação financeira, o que leva, no mais das vezes, à inscrição das despesas empenhadas e não pagas em Restos a Pagar.

✓ **Opinião**

Realizamos testes através de exame da documentação de suporte para os registros contábeis e não evidenciamos qualquer irregularidade, sendo que os saldos representam de forma apropriada a posição do grupo na data do balanço.

4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **89,49%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo).

PASSIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO	
	Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-1.295.422,71	89,49	-887.795,06	87,29	Alto		Alto 
RESULTADOS ACUMULADOS	-1.295.422,71	89,49	-887.795,06	87,29	Alto		Alto 
Superávits ou Déficits do Exercício	-407.627,65	28,16	-190.687,62	18,75	Alto		Alto 
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-887.795,06	61,33	-697.107,44	68,54	Alto		Alto 
TOTAL	-1.447.572,53		-1.017.023,74				Alto

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da entidade, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

5. ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Constatamos que a Estrutura das Demonstrações Contábeis do Regional, que compreendem o Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentaram as seguintes desconformidades em relação ao que preceitua os normativos existentes e as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil:

a) Ausência de Notas Explicativas

O Regional deixou de apresentar Notas Explicativas, conforme previsto no item 8 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e nos itens 127 a 131 da NBC TSP 11 além de ser determinação explícita e obrigatório do Art. 176 da Lei 6.404/76:

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

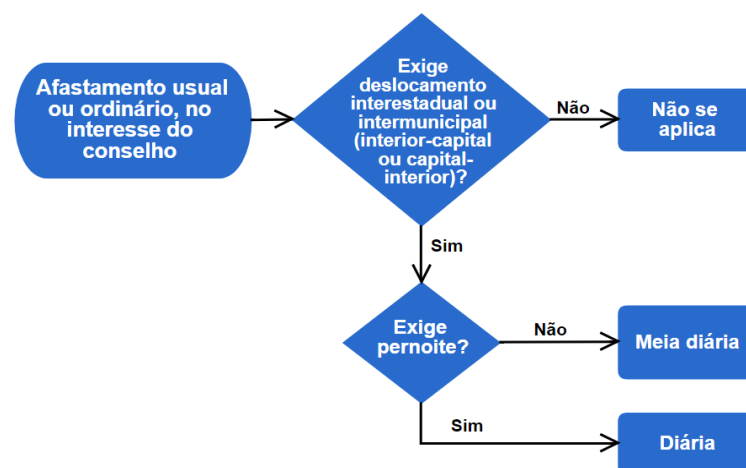
Conforme o MCASP, as Notas Explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações. São consideradas parte integrante das demonstrações. Seu objetivo é facilitar a compreensão aos diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas. Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

6. DIÁRIAS

Diante da relevância do valor das despesas na rubrica “Diárias – Conselheiros/Convidados”, avaliamos se o pagamento de Diárias está de acordo com o Normativo emitido pelo Conselho. Esquematizamos, de forma resumida, a regra para concessão de cada rubrica.

Diárias

O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)



✓ **Opinião**

Analisamos as despesas com diárias dos diretores do conselho, as análises foram efetuadas de acordo com o normativo interno e a legislação em vigor que trata do assunto. Os contorles internos nos pareceram suficientes para atender a necessidade de comprovação dos gastos analisados, carecendo de melhoria apenas na formalização dos controles.

7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de janeiro, fevereiro e março. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
- Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
- Analisamos as férias pagas;
- Constatamos que o Regional enviou a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte;
- Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;

✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do Regional, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

8. OUTROS ASSUNTOS

Verificamos a execução do planejamento de ações e metas, no intuito de verificar se a execução financeira foi correspondente ao planejamento anual, atentando para possíveis alterações do planejamento e se estavam de acordo com a Proposta Orçamentária.

Verificação dos relatórios de acompanhamento das ações planejadas, feitos pela diretoria e coordenadores de comissões dos Conselhos, de forma quantitativa e qualitativas da gestão.

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo Regional, no que diz respeito as ações e metas, em acordo com o planejado. A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e

tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas.

9. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 23 (vinte e três) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos e acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros, sendo apresentado os pontos de fragilidades detectados como resultado dos procedimentos de auditoria aplicados descritos no item 1.6 do presente relatório, em cumprimento ao Termo de Referência, anexo I ao Edital.

Brasília/DF, 13 de março de 2023

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"DF

Sócio Sênior


Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"DF


Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-9 "S"DF





AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br